

## POLÍTICA DE MORTE E BOLSONARISMO: DA INVISIBILIDADE A RESISTÊNCIA LGBTI

### **Marjory Batista da Rocha**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – AM, marjory.rocha.97@gmail.com*

### **Lidiany de Lima Cavalcante**

*Doutora em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – AM, profa.lidiany@gmail.com;*

### **Isadora Lima de Souza**

*Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – AM, isadoralima694@gmail.com ;*

### **Resumo**

O cenário brasileiro atual, evidencia as desigualdades sociais que emergem simultaneamente com os impactos da pandemia da COVID-19, fruto das expressões da questão social e do gerenciamento da chamada necropolítica ou política de morte. Dessa forma, esse estudo se apresenta como uma reflexão teórica e empírica que tem por objetivo retratar como o Brasil gere a necropolítica historicamente e como tem sido acentuada pelos discursos e práticas propostas na figura de supremacia do próprio Governo Federal. A aplicabilidade das práticas LGBTIfóbicas passam a ser o regulador de como essa política de morte é administrada, ou seja, essa política é gerida de tal maneira que quem está no poder passa a decidir quem morre e quem vive; como morre e como vive, práticas essas refletidas nitidamente nas ações do governo Bolsonaro. Como resultado, identificar de que formas o movimento LGBTI tem se articulado frente as ofensivas bolsonaristas, bem como os retrocessos dos direitos sociais para esse segmento.

**Palavras-chave:** Necropolítica, LGBTI, Bolsonarismo.

## Introdução

O período pandêmico se constitui como um fenômeno mundial, iniciado ao final de 2019 na Ásia, depois Europa, até tomar praticamente todos os países do mundo, conforme dados da Organização Mundial de Saúde (2021). No Brasil fomentou-se um cenário social e político de mais instabilidade e polarização política, social e econômica. Além disso, agudizou as expressões da questão social, escancarando uma gestão governamental despreparada e genocida que faz a manutenção do poder estatal neoliberal.

O conceito de *necropolítica* surgiu em 2003, resultado de um ensaio produzido pelo filósofo camaronês, Achllie Mbembe. O termo *necropolítica* é derivado do conceito de *biopolítica* de Foucault, para demonstrar como o Estado usa o poder que detém para gerir tanto a vida quanto a morte da população. Mbembe analisa esse contexto a partir do racismo e da realidade social assentada em estigmas e preconceitos sofridos pela população negra. Todavia a condução de práticas políticas que incidem no surgimento de fenômenos históricos, é acirrada por situações como o racismo, porém a homofobia pode ser trabalhada a partir da essência que permeia o significado da *necropolítica*.

No Brasil, experiências cotidianas apontam descompassos no setor de gerenciamento de acesso à saúde pública, fato que contraria o que prevê o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, ao assegurar tal direito como dever do Estado, devendo este garantir ao usuário do serviço público a viabilidade de políticas sociais e econômicas com vistas à redução do risco de doenças e de outros agravos. Trata-se, portanto, do “acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF/88 – Art. 196). O reverso ou descompasso entre esse direito constitucional e a omissão do Estado brasileiro, entre outras coisas, no tocante ao repasse de recursos que potencializem a contratação e aperfeiçoamento de quadros técnicos, isto por certo fragiliza a eficiência e eficácia dos serviços públicos acionados pelo Sistema único de Saúde-SUS.

Sob este prisma, Behring e Boschetti (2006) explicam que no contexto das políticas neoliberais, que defendem uma participação mínima do Estado no tocante a viabilização e implementação de políticas públicas sociais, torna-se imprescindível o exercício da pressão

popular realizada pela sociedade civil organizada de modo a possibilitar a garantia e consolidação de direitos para vários grupos sociais que se encontram em estado de vulnerabilidade socioeconômica sem poder exercer sua condição de cidadania.

A propósito de conquistas engendradas pelo movimento, ao longo dos anos 2000, identificam-se algumas ações do Poder Executivo, direcionadas para a população LGBTI, como: criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH); do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual; em 2008, a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs, como resultado da realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, tendo por tema “Direitos humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT). Ressalta-se que de acordo com Cavalcante (2015), o Brasil foi o primeiro país do mundo a realizar uma conferência de políticas públicas para a população LGBTI, tendo na ocasião, observadores de 14 países, para visualizar o formato, texto base, discussões e encaminhamentos.

Este estudo buscou fomentar a discussão no que tange a política de morte e sua relação com o bolsonarismo, para isso se faz necessário trazer a baila fatos históricos que aconteceram no passado, mas que são fantasmas presentes e nos levam a seguinte questão: através da gestão dos que detém o poder, de que forma a necropolítica é capaz de influenciar na invisibilidade e subalternidade de atores sociais LGBTI, assim como as consequências da implementação do processo de necropolítica em um país com a dimensão continental, como se trata o Brasil.

## Metodologia

Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica ampla, com o uso de dados secundários dos ministérios (Brasil), da Organização Mundial de Saúde e da OPAS (Organização Pan-americana de Saúde, assim como fontes relacionadas às análises teóricas sobre políticas públicas, questão social, biopoder, necropolítica e conservadorismo, entre outras categorias secundárias, para que fosse possível construir o debate teórico, de relevância para a construção temática.

## Resultados e discussão

### O Mito da Democracia

O cenário brasileiro atual, é proveniente de uma história conturbada, permeada por diferentes “ismos”, como o colonialismo, autoritarismo, militarismo, liberalismo, neoliberalismo e hoje temos em cena o bolsonarismo.

Segundo Schwarcz (2019), o autoritarismo é a essência do Brasil, um elemento fundador do contexto histórico, econômico, político e social do nosso país, constituído pelo processo de escravidão, extermínio dos povos indígenas, por revoltas e pelo golpe militar de 1964 e pelo golpe de 2016, que levou ao impeachment da presidente Dilma. Esses fatores compõe o turbilhão que é a nossa história e precisamos chegar ao olho do furacão para entender de que forma a política de morte é gerida.

A história costuma ser definida como uma disciplina com grande capacidade de “lembrar”. Poucos se “lembram”, porém, do quanto ela é capaz de “esquecer”. Há ainda quem caracterize a história como uma ciência da mudança no tempo. Quase ninguém destaca, no entanto, sua genuína potencialidade para reiterar e repetir. (SCHWARCZ, 2019, p. 184)

Nessa perspectiva, a permanência desses problemas históricos na contemporaneidade permite o resgate de uma gestão de governo conhecida, o fascismo. A ordem política e social brasileira tem se mantido pela intermitência do estado democrático, mas na contramão podemos perceber um fetiche do brasileiro pelo autoritarismo e atualmente a figura máxima no Brasil, o então presidente Jair Bolsonaro.

No caso do fascismo, o povo é totalmente controlado pelo Estado e trabalha junto para tornar a nação cada vez mais forte. Essa ideologia se espalhou para outros países, como a famosa Alemanha Nazista de Hitler, nessa época também tivemos fascismo nos governos da Espanha, Portugal e até mesmo do Brasil com o Estado Novo de Getúlio Vargas. (ALMEIDA e TONIOL, 2018)

O fascismo, como corrente ideopolítica está vivo e pode ser observado em governos que, muitas vezes, não se dizem fascistas, mas que adotam algumas dessas mesmas práticas, são obcecados

pela ideia de que verdades universais e absolutas foram reveladas por uma divindade exclusivamente a ele, têm orgulho de assumir uma postura reacionária, ou seja, são ultraconservadores, contra qualquer tipo de mudança social. Um exemplo disso foi a Espanha fascista do general Franco, onde qualquer religião era proibida, menos o catolicismo que virou a religião oficial do Estado. Tem ainda a repulsa ao pensamento científico, tomam as suas decisões por impulso e com violência, aquele que pensar diferente deve ser punido. (STANLEY, 2019)

A maneira como o Bolsonarismo se instaurou na sociedade assemelha-se bastante ao do fascismo do século XX. Permeou a mente das massas não organizadas e tornou-se imperativo nas multidões heterogêneas com o objetivo de sedimentar uma narrativa cujos valores são argumentos clássicos: disciplina, valores familiares e religiosos enquanto age com base no negacionismo, militarismo e anti-intelectualismo. (SILVA e FARGONI, 2020)

Jair Bolsonaro passou a representar uma utopia, de ordem, decência, moralismo, nacionalismo, mesmo com um período de estabilidade democrática, social, os brasileiros provaram que não tem apego à democracia plena. No tocante à exacerbada política resultante de atos autoritários de poderes estatais, a cada dia se depara com a produção e reprodução de fatos que incidem no acirramento de estigmas e preconceitos sofridos pela “minoría”. Via de regra, tais atos resultam da condução de práticas políticas acirradas por situações como o racismo, a homofobia e o feminicídio. Invisibilizada pelo poder público, portanto, fora do alcance de tais direitos, essa população é tratada fora dos parâmetros do que se entende por valor e respeito à condição humana. Nessa perspectiva, Mbembe (2011) denuncia que a política não é gerida com racionalidade positiva, pois, na verdade, a política usa a morte para improvisar a gerência da sociedade, ou seja, a morte passa a ser a forma de gestão.

Verifica-se esta característica no Bolsonarismo na forma de agir do governo e no comportamento de seus apoiadores pelo menosprezo de minorias ou na relativização do machismo cotidiano. Entende-se como desprezo ao dissemelhante nos falares, por exemplo, do próprio presidente Jair Bolsonaro, conforme declarou em “tom de brincadeira” que fuzilaria “petralhada” no Acre ou no encontro na Paraíba em

fevereiro de 2017 ao dizer “*Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias*”.

As demandas da questão social emergem simultaneamente com a necropolítica, fruto das desigualdades sociais e do gerenciamento da política de morte sobre as ditas minorias. Trata-se de uma programática estabelecida sob a lógica que rege a política neoliberal. A partir dessa reflexão se tem por perspectiva de compreender como o Brasil acaba por gerir a necropolítica como forma de controle social no âmbito da população LGBTI, cuja prática se tem atualmente acentuado pelo discurso proposto na esfera de supremacia do próprio Governo Federal.

## Resistências LGBTI

A luta da população LGBTI pelo respeito a sua cidadania obteve resultados históricos paradigmáticos no Brasil perante o Poder Judiciário. Apesar de estarmos em pleno século XXI é necessário esclarecer que a democracia não significa a ditadura da maioria, apesar de que em sua regra a maioria, seja um aspecto importantíssimo, estabelecendo a regra geral das decisões democráticas, não é um critério absoluto. Isso porque a noção de democracia substantiva deveria prevalecer onde as decisões da maioria devem respeitar os direitos básicos da sociedade concreta, bem como direitos humanos convencionais. Trazendo a baila a frase do Ministro Roberto Barroso, a maioria pode muito, mas não pode tudo (VECCHIATTI, 2018).

É a partir dos movimentos sociais dos anos de 1960, que a sexualidade humana assume visibilidade na agenda política ao ser pensada além da sua dimensão estritamente biológica. Como é o caso da revolta de StoneWall Inn em 1969, quando o público LGBTI se faz resistente a ações truculentas da polícia em Nova York. No Brasil, se tem a mesma trama no Ferro’s Bar, onde as mulheres lésbicas que ali se reuniam, declaravam-se contra a proibição da venda do jornal Chana com Chana, marcando esse episódio como o StoneWall brasileiro.

O Movimento LGBTI é composto por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais, cujos atores sociais reivindicam direitos sociais em uma sociedade marcadamente heteronormativa. E sendo a sociedade brasileira composta por uma

hierarquia herdada desse patriarcado, de acordo com as autoras Petry e Meyer (2011):

É problematizada como padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade ocidental está organizada, descrevendo assim situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual podem ser marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas religiosas, sociais, ou crenças políticas, corroborando para a justificativa da dificuldade encontrada na tratativa LGBT (PETRY & MEYER, 2011, p. 193).

Desde os anos de 1980, tendo com o marco a Constituição Federal de 1988, assistimos ao crescimento da importância adquirida pelos movimentos sociais, mudanças expressivas, com a formação da equidade de gênero e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família, podem ser considerados resultados diretos dos movimentos feministas e de mulheres. No entanto, a não inclusão de temas, tais como: orientação sexual e identidade de gênero e as diversas situações de discriminação a serem combatidas pelos poderes públicos apontam a fragilidade do movimento LGBT naquele contexto político (CARRARA, 2010).

No Brasil, esses direitos à população LGBTI estão em Decretos e Portarias que podem ser revogadas, como a Resolução Nº 175 de 14/05/2013 (vigente), que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo; já a Portaria nº 2.8362, de 1º de dezembro de 2011, institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Em contrapartida países como Holanda e Bélgica legalizaram a união entre pessoas de mesmo sexo, em 2001 e 2003, respectivamente, bem como o direito igualitário sobre pensões, adoções, entre outros direitos civis.

No Brasil, assistimos o desenvolvimento e crescimento do congresso mais 'conservador' da história, o que faz com que o judiciário assumira o papel que deveria ser do legislativo. Diante do contexto de regressão de direitos, assiste-se ao cenário de apagamento dos poucos direitos conquistados no país (CAVALCANTE, 2015). Além disso, vislumbra-se a negação do ministério que deveria abordar a

diversidade da expressão dos Direitos Humanos, no que refere-se a recursos para trabalhar as pautas da população LGBTI.

Em 2001, no Brasil, com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), vinculado ao Ministério da Justiça, as ações dos grupos de ativismo LGBT no Brasil ganham destaque e começam a priorizar a reivindicação de direitos sociais, por meio de políticas públicas voltadas à promoção de sua Cidadania e Dignidade humana, ultrapassando o muro que cercava apenas a prevenção da epidemia de HIV/AIDS e de apoio a suas vítimas. (MELLO, AVELAR E MAROJA, 2017). Neste sentido, Cavalcante (2015) é enfática:

Indagações sobre o real reconhecimento perfazem a história contemporânea no marco do Plano Nacional de Direitos Humanos, no Plano de Cidadania LGBT, na Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça, nas configurações do direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo, acordada pelo Supremo Tribunal de Justiça, entre outras. Podemos tratar de conquistas escaladas pelo judiciário, pelos mecanismos de controle social e pelo legislativo. Entretanto, ainda se olvida o reconhecimento social dos referidos sujeitos (CAVALCANTE, 2015, p. 149).

Todas essas referências refletem um cenário de luta do segmento LGBTI, contra toda e qualquer forma de discriminação marcadamente registrada no cotidiano das relações por ele protagonizadas no enfrentamento dessas lutas. Logo, esses atores sociais não acreditam numa efetivação de direitos, nem na aplicabilidade das políticas públicas a não ser por via da luta e resistência desse movimento organizativo.

A história do movimento LGBTI brasileiro é marcada por tensões que envolveram o reconhecimento de suas demandas que emergiam do embate com segmentos religiosos e conservadores. As respostas do movimento, a exemplo disso, podem ser visualizadas na primeira marcha nacional contra a homofobia, organizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travertis e Transexuais-ABGLT. A preocupação com o avanço do fundamentalismo religioso ocorre principalmente pelos acontecimentos que permeiam o contexto político brasileiro, uma vez que esse fundamentalismo tem se associado a extrema direita.

O Atual presidente Jair Bolsonaro, foi peça chave nesse contexto ao se tornar o inimigo público do projeto Escola sem Homofobia,

discursando em diversas manifestações públicas e também a mídia que o material estimulava o “homossexualismo”. A partir daí, Jair Bolsonaro passa a se tornar uma figura conhecida pela sua ideologia controversa, conservadora, militarista, em defesa da ‘família e dos bons costumes’. Além disso seus discursos ainda como deputado, fomentaram a discussão deste estudo sobre a necropolítica, pois o mesmo defende episódios históricos sombrios como a ditadura militar, exalta torturadores, incita o ódio nas redes sociais e fora delas, incentiva o armamento e desvaloriza a ciência. Em entrevista ao programa Câmera Aberta da rede de televisão Bandeirantes, chegou a declarar que o Brasil precisava de uma guerra civil “que matasse uns 30 mil”. Com a emergência da pandemia de coronavírus, o Brasil alcançou até o dia 12 de maio de 2021, o número de 430 mil óbitos.

## **Necropolítica e Bolsonarismo no Contexto de Pandemia**

De acordo com Mbembe (2011), a necropolítica mergulha nas perspectivas do biopoder e assola a população de formas estratégicas, em que decide-se as vidas que valem a pena e aquelas consideradas como descartáveis. A análise do autor não reflete apenas as características de um governo frio e calculista para os que são chamados de transgressores. Trata-se de uma arena de disputas, onde há poder sobre os corpos. Poder este que dita normas relacionadas aos cânones sociais, históricos e culturais, que devem ser seguidos por uma maioria esmagadora, alicerçada sobretudo na heteronormatividade compulsória. Diante do ensejo, vidas LGBTI não importam, seja na configuração e políticas públicas ou no reconhecimento social. O mesmo reconhecimento que de acordo com Honeth (2003), envolve a forma como o indivíduo se vê e como a sociedade o enxerga.

Foucault (1999) assevera que o poder é a guerra continuada por outros meios. Ao caracterizar a referida respectiva realidade alicerçada na necropolítica brasileira, assiste-se não apenas ao desmonte de políticas públicas, mas também a anuência sobre as práticas de mortes biológicas, sociais, históricas e culturais, além do mutismo que envolve muitos diante do processo de demonização dos direitos humanos.

Segundo os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2020), a cada 19 horas morre um LGBTI no Brasil. A referida organização contabiliza ainda dados de outros países, o que em comparação ao Brasil,

colocaram o país no topo do ranking do que se conhece por crimes de LGBTfobia. O cenário torna-se ainda mais devastador, ao associar os dados da ANTRA (2021), pois o Brasil também é o país que mais mata a população transexual, sobretudo as mulheres.

O cenário de pandemia agudizou ainda mais as relações sociais, além de estrangular a política de saúde. De acordo com a OPAS (Organização Pan-americana de Saúde, 2021), até a metade de maio de 2021, o mundo contabiliza mais de 162 milhões de casos de COVID19 no mundo, com mais de 3,36 milhões de mortes. No Brasil os dados são aterradores, visto que contabiliza-se quase 430mil vítimas, sendo mais da metade nos primeiros cinco meses de 2021. A triste marca colocou o país no segundo lugar no quesito número de vítimas, atrás apenas dos EUA.

A necropolítica acirrou-se mais ainda ao ponderar que o governo brasileiro negou ao menos 11 vezes, os contratos de vacinas que foram oferecidos ainda em 2020 ((ISTOÉ, 2021). Diante das perspectivas cada vez mais sombrias, assiste-se ao cenário cruel e avassalador, onde quem é pobre, negro e de periferia sente primeiro. A política de morte estende-se por cada ponta do país, com consequências de norte a sul, frente a um mar de vítimas e suas famílias, que são atingidas pelo descaso governamental.

Sobre a realidade da população LGBTI, evidencia-se que a situação social ficou ainda mais grave, já que o referido segmento também foi assolado pelo desemprego e outras situações de vulnerabilidades. Segundo os dados da ANTRA (2021), aumentou a situação de rua da população transexual, sobretudo a feminina. Os homicídios relacionados à LGBTfobia também aumentaram. Em agosto de 2020, os crimes de LGBTfobia já havia ultrapassado os números de 2019, o que totalizou 125. Ao encerrar o ano de 2020, 175 pessoas transexuais haviam sido assassinadas no Brasil, todas mulheres, o que pode caracterizar indícios de transfeminicídio.

O contexto de pandemia não apenas acentuou as vulnerabilidades, mas também agudizou a desigualdade e a precarização dos serviços de saúde. Esses foram os sintomas sentidos a nível macro-social. Mas no nível micro, onde o biopoder assume os pontos mais profundos, assistiu-se ao processo de legitimação da violência, tanto no mundo virtual, como nas expressões de vida real.

Debord (2005) reflete sobre a espetacularização da vida, escrevendo na segunda metade do século XX, o que se evidenciaria com o

cariz governamental. A vida se desenrola na sociedade do espetáculo. Neste, o palco esvazia-se diante do que pode ou não ser legitimado no âmbito das redes, em uma análise mais contemporânea. As redes sociais trazem a vida que merece respeito e a que pode ser matável, nas palavras de Agamben (2007). E nesse paradigma da vida matável, insere-se a população LGBTI brasileira no 'olho do furacão', com todas as vulnerabilidades alavancadas pela discriminação, ostracismo e preconceito.

## Considerações Finais

O país que mais vitima a população GBTI, também segura o mastro da necropolítica. Vidas descartáveis não importam a uma sociedade tradicional, principalmente em tempos de bolsonarismo, em que os discursos alimentam a exclusão e acentuam as desigualdades. Tudo isso aliado ao contexto de pandemia, ocasiona duas ou três vezes mais a exclusão no âmbito da sociabilidade capitalista.

Urge assim, que plataformas de direitos sejam asseguradas, que a população possa dar um passo rumo ao esclarecimento, para a compreensão que os tempos sombrios representam os frutos de um planejamento direcionado pelo fascismo e acarretam sobretudo, passos mais lardos de implementação da necropolítica na realidade brasileira, sendo a população LGBTI não apenas afetada, mas marcada e sentenciada pela sua própria existência.

Os tempos apontam que precisamos de diretrizes para novos caminhos. Precisamos atravessar o mar desafiador, colocado pela política e pelos discursos de ódio, para que possamos construir as bases de uma nova ordem societária. Precisamos seguir, pois como dizia Fernando Pessoa, é preciso ousar, para que não fiquemos às margens de nós mesmos.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** São Paulo: Saraiva, 2004.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo.** In: POCAHY, Fernando. Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer. Porto Alegre: NUANCES, 2010.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Sob o Véu da Homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus.** Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil:** relatório de 2018. Rio de Janeiro, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil.** Soc. estado. vol.27 no.2 Brasília May/Aug. 2012

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** (s.l). Mesulina, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Dados sobre COVID19. Disponível em: <paho.org/pt/brasil

PETRY, Analídia Rodolpho. MEYER, Dagmar Elisabeth. **Transexuality and heteronormativity:** some topics for research. Textos&Contextos. Porto Alegre, v.10, n. 1, pág.193 - 198, jan./jul. 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre O Autoritarismo Brasileiro.** São Paulo: Companhia Das Letras, 2019, 294 PP.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. **Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”.**In. Revista Eletrônica de Educação. 2020